



ESTUDOS MUNICIPAIS - 2

Betim

**Os avanços e os desafios
de uma cidade que é a
2ª maior economia de
Minas Gerais e a 20ª
do Brasil**

Marília PT **Campos**
Deputada Estadual

Apresentação

O Mandato Deputada Marília Campos dá continuidade, com Betim, na Grande Belo Horizonte, os seus “Estudos Municipais”. Trata-se de um esforço político de pesquisa para auxiliar na atuação do Mandato e de seus apoiadores na cidade para que possam conhecer melhor as demandas da população e as alternativas para solucioná-las.

Betim, na Grande Belo Horizonte, é uma cidade muito importante em Minas Gerais. Com Produto Interno Bruto – PIB (soma de todas as riquezas produzidas no município) de R\$ R\$ 28,101 bilhões (dados de 2012), a cidade é a segunda maior economia de Minas Gerais, atrás apenas de Belo Horizonte, e a vigésima do País, ficando à frente de 15 capitais de Estados. O PIB per capita do município (PIB dividido pela população, indicador mais importante na análise da produção e riquezas), de R\$ 72.262,27, é muito superior ao de outras grandes cidades mineiras, a exemplo de Belo Horizonte – R\$ 24.365,33 – e Contagem – R\$ 33.637,47.

Mas Betim vive um paradoxo: é uma cidade rica, mas a Prefeitura vive uma crise financeira profunda e de difícil solução. No Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é um indicador da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro calculado para todos os municípios brasileiros, que é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida e varia de 0 a 1, o município tem pontuação de 0.3316, classificado como “Gestão Fiscal Crítica”. No ranking estadual de Minas Gerais do IFGF, Betim ocupa a 618ª posição e, no plano nacional, apenas a 4.125ª colocação. Além disso, a cidade vive, como outros municípios da Grande BH, sérios problemas sociais.

Não tratamos neste estudo de todos os aspectos sociais e econômicos da Cidade. Em 20 tabelas e nos comentários, tratamos daquelas questões que consideramos prioritárias e que têm estatísticas já consolidadas. Uma boa leitura!

Informações econômicas, administrativas, sociais e políticas de Betim

1. Economia e empregos

Betim, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE conta com 8.110 empresas atuantes no município e tem, segundo os dados do Ministério do Trabalho, um estoque de 121.269 empregos formais e o pessoal ocupado total é de 132.824 trabalhadores.

Produto Interno Bruto. O Produto Interno Bruto – PIB (total de riquezas produzidas no município) foi de R\$ 28,100 bilhões em 2012, que foi o último resultado divulgado pelo IBGE. Isto porque os dados municipais são divulgados com dois anos de atraso. No período de 2002 a 2012, o PIB municipal passou de R\$ 9,120 bilhões para R\$ 28,100 bilhões, um avanço nominal de 208% (valores serão ainda revisados pelo IBGE). Veja a tabela 1. No mesmo período, a economia mineira cresceu, em termos nominais, 216%, passando o PIB de R\$ 127,782 bilhões para R\$ 403,551 bilhões (valores serão ainda revisados pelo IBGE). Já a economia brasileira cresceu também 216%, passando o PIB de R\$ 1,491 trilhão para R\$ 4,713 trilhões (os dados já foram revisados). Portanto, no período de 2002 a 2012, a economia de Betim cresceu em linha com a economia mineira e brasileira. Se manteve o percentual de 0,60% do PIB nacional, o PIB em Betim, em 2014, deve ter ficado em aproximadamente R\$ 33,126 bilhões.

O estoque e a geração e empregos formais. Os dados sobre o emprego em Betim estão nas três tabelas a seguir. Como pode ser visto na tabela 2, são 121.269 trabalhadores(as) no município, sendo 80.848 do sexo masculino e 40.421 do sexo feminino. Os setores que mais empregam são, em primeiro lugar, a indústria de transformação com 54.389 postos de trabalho; seguida do setor de serviços, com 28.112 trabalhadores; o comércio, com 18.214 trabalhadores e a Administração Pública, com 14.091 servidores públicos.

Ano	PIB – em R\$ bilhões
2002	9,120
2003	10,632
2004	13,102
2005	14,656
2006	18,807
2007	21,523
2008	25,281
2009	24,974
2010	28,362
2011	28,145
2012	28,100
Evolução nominal	208%
Fonte: IBGE	

O que chama a atenção é a relação PIB e mercado de trabalho. Veja a comparação entre Contagem e Betim. Em 2012, o PIB de Contagem era de R\$ 20,647 bilhões e o de Betim era 36% maior, chegando a R\$ 28,100 bilhões. Inversamente, no mercado de trabalho, Contagem tinha, em 2014, 209.001 empregos formais, o que era 72% maior que o mercado de trabalho de Betim, que contava com 121.269 trabalhadores empregados. Isso indica que o PIB de Contagem é menor, mas a economia tem uma maior capacidade empregadora, ao contrário de Betim onde a produção de riquezas é muito maior, mas muito concentrada em duas grandes empresas, Fiat e Petrobras.

IBGE Setor	Setores IBGE		Total
	Masculino	Feminino	
1 - EXTR MINERAL	167	19	186
2 - IND TRANSF	45.486	8.903	54.389
3 - SERV IND UP	577	297	874
4 - CONSTR CIVIL	4.292	379	4.671
5 - COMERCIO	9.522	8.692	18.214
6 - SERVICOS	16.518	11.594	28.112
7 - ADM PUBLICA	3.849	10.242	14.091
8 - AGROPECUARIA	437	295	732
Total	80.848	40.421	121.269
Fonte: Ministério do Trabalho			

Os dados da tabela 3 mostram a boa geração de empregos formais entre 2002 e 2015, sobretudo até 2012, que são os melhores anos dos governos do PT e dos partidos aliados. No período analisado, os dois únicos anos em que a geração de empregos foi negativa foi em 2014 e está sendo em 2015.

Setor	Nº empregos
2002	497
2003	874
2004	5.085
2005	182
2006	5.389
2007	9.227
2008	2.644
2009	2.878
2010	9.911
2011	6.291
2012	727
2013	356
2014	-2.418
2015 – Até setembro	-5.765
Fonte: Ministério do Trabalho	

A remuneração média dos trabalhadores e trabalhadoras de Betim – tabela 4 – é de R\$ 2.741,29, sendo que os homens recebem, em média, R\$ 3.078,09, o que representa quase 50% a mais do que recebem, em média, as mulheres: R\$ 2.071,11. O melhor salário médio é praticado na indústria de transformação (R\$ 3.470,04), seguida da Administração Pública, com R\$ 3.380,63.

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	2.366,82	1.502,84	2.278,46
2 - IND TRANSF	3.698,36	2.293,43	3.470,04
3 - SERV IND UP	1.918,07	1.485,07	1.765,40
4 - CONSTR CIVIL	1.984,88	2.157,11	1.999,14
5 - COMERCIO	1.876,05	1.260,25	1.580,86
6 - SERVICOS	2.221,76	1.547,57	1.940,93
7 - ADM PUBLICA	3.861,87	3.200,96	3.380,63
8 - AGROPECUARIA	1.222,36	996,68	1.130,84
Total	3.078,09	2.071,11	2.741,29
Fonte: Ministério do Trabalho			

2. Administração e finanças de Betim

Betim vive um paradoxo. É uma cidade rica, mas vive uma situação das finanças municipais que é de insolvência financeira. Isso se deve a uma série de políticas fiscais, que desestabilizaram o município, como veremos a seguir neste capítulo.

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Um dos indicadores da administração e das finanças municipais é o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é divulgado anualmente. A FIRJAN é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O IFGF tem uma leitura dos resultados bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação.

O IFGF é composto por cinco indicadores – Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Os conceitos são os seguintes: conceito A – Gestão de Excelência (superiores a 0.8 pontos); conceito B – Boa Gestão Fiscal (entre 0.6 e 0.8 pontos); conceito C – Gestão em Dificuldade (entre 0.4 e 0.6 pontos); conceito D – Gestão Crítica (inferiores a 0.4 pontos)

Betim tem um IFGF de 0.3316, o que enquadra o município numa situação desconfortável no conceito D, de “Gestão Fiscal Crítica”. Veja as tabelas 5 e 6. Setorialmente, os gastos de pessoal são enquadrados no conceito B, de Boa Gestão Fiscal, com resultado de 0.6259; o Custo da Dívida é enquadrado no conceito C, de Gestão em Dificuldade, com resultado 0.5880. Os outros três resultados são D, de Gestão Fiscal Crítica, sendo que Receita Própria tem resultado de 0.3850; Investimentos recebe pontuação de 0.2017 e a Liquidez aponta para uma situação e insolvência de Betim, com pontuação zero.

O IFGF de Betim teve a seguinte evolução nos últimos anos: 2006 (0.6358); 2007 (0.5957); 2008 (0.5872); 2009 (0.5467); 2010 (0.4888); 2011 (0.4382); 2012 (0.3698) e 2013 (0.3316). No ranking estadual do IFGF, Betim ocupa a 618ª posição e, no plano nacional, apenas a 4.125ª colocação. Como pode se ver, Betim, ainda numa ótima fase da economia brasileira, deixou a situação de “Boa Gestão Fiscal”, em 2006 para a “Gestão Fiscal Crítica”, em 2013. Isso é resultado, em grande medida, do esforço gigantesco de capitalização da previdência municipal,

que, a título de exemplo, realizou um superávit previdenciário 20 vezes maior do que o de Belo Horizonte, que conta com uma receita muito maior.

Tabela 5
Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF e componentes – 2013

IFGF e componentes	Resultado	Conceito
IFGF	0.3316	D
Receita própria	0.3850	D
Gastos de pessoal	0.6259	B
Investimentos	0.2017	D
Liquidez	0.0000	D
Custo da dívida	0.5880	C

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro - Firjan

Tabela 6
Evolução do IFGF de 2006 a 2013

Ano	IFGF	Conceito
2006	0,6358	B
2007	0,5957	C
2008	0,5872	C
2009	0,5467	C
2010	0,4888	C
2011	0,4382	C
2012	0,3698	D
2013	0,3316	D

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro – Firjan

Uma combinação fiscal explosiva. Dentre as questões que estão desestabilizando as finanças de Betim, que iremos tratar a seguir, podemos citar: a) nas receitas: a queda contínua do VAF – Valor Adicionado Fiscal, que é o componente mais expressivo na distribuição do ICMS; redução ainda maior da cota-parte do município no ICMS, devido às leis Hobin Hood 1 e 2, aprovadas em 1995 e 2009; receita própria do município pouco expressiva; redução do crescimento da receita, com a estagnação econômica de 2014 e recessão econômica de 2015; b) nas despe-

sas: nova legislação municipal do Regime Próprio de Previdência dos servidores municipais, aprovada em 2005; aumento do endividamento para cobrir dívidas com a previdência municipal e empréstimos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e avanço da dívida dolarizada com os avanços do dólar nos últimos anos

A queda do VAF vem afetando muito as finanças de Betim. A evolução do Valor Adicionado Fiscal – VAF, que responde por 75% da cota-parte do ICMS repassada pelo Estado aos municípios, pode ser vista na tabela 7. Depois de ficar em 3,93, em 1988, o VAF de Betim (índice individual) subiu bastante e atingiu seu maior índice em 2007, com 12,14. Depois daquele ano, o índice individual vem recuando e fechou em 9,19, em 2014, uma redução de quase 25%. Para se evitar que as oscilações econômicas atinjam muito as finanças municipais, a lei prevê que o VAF seja calculado com base na média dos dois anos anteriores. Veja a tabela 8. Como pode ser visto, o VAF médio recuou de 12,00, em 2010, para 9,17 para o ano de 2016, uma perda percentual de -23,60%. Como cada 1,00 do VAF corresponde a aproximadamente R\$ 75 milhões, o recuo de 2,83 trouxe prejuízos anuais da ordem de R\$ 212 milhões para Betim.

Tabela 7			
Evolução do VAF de Betim – Índice Individual referente ao ano base – 1988 a 2014			
Ano	VAF		
		2001	11,15
1988	3,93	2002	10,67
1989	5,93	2003	10,87
1990	5,82	2004	10,87
1991	7,08	2005	11,05
1992	8,66	2006	11,09
1993	8,76	2007	12,14
1994	10,25	2008	11,85
1995	8,13	2009	11,70
1996	9,54	2010	10,00
1997	9,16	2011	10,10
1998	9,24	2012	9,79
1999	9,81	2013	9,15
2000	11,94	2014	9,19
Fonte: Secretaria da Fazenda de Minas Gerais			

Tabela 8		
Evolução do VAF de Betim – Índice médio de 2 anos anteriores utilizado para a distribuição de 75% da cota-parte do ICMS dos municípios 2010 a 2016		
Ano	Anos que compõem a média	Índice médio do VAF
2010	2007-2008	12,00
2011	2008-2009	11,78
2012	2009-2010	10,85
2013	2010-2011	10,05
2014	2011-2012	9,94
2015	2012-2013	9,47
2016	2013-2014	9,17
Evolução	-	-23,60

Fonte: Secretaria da Fazenda de Minas Gerais

Betim perdeu muita receita com as leis Robin Hood 1 e 2. A Fundação João Pinheiro traça um breve histórico das Leis Robin Hood 1 e 2: “A Constituição Federal no artigo 158 estabelece as regras da distribuição do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e de 10% do Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) entre os membros da federação. Do total do valor arrecado, 25% pertencem aos municípios, devendo ser repassado no mínimo, três quartos (75%), proporcionalmente ao valor adicionado fiscal (VAF) e, o restante, como dispuser lei estadual”. (...) “Minas Gerais, conforme competência dada, estabeleceu no Decreto-Lei nº 32.771, de julho de 1991, que a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios observaria três critérios: o Valor Adicionado Fiscal, os Municípios Mineradores e Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito”. (...) “A distribuição do ICMS realizada com base nestes critérios demonstrava um alto grau de concentração de recursos nos municípios mais desenvolvidos e mais ativos economicamente, e conseqüentemente, possuidores do maior volume de VAF”. (...) “Diante deste diagnóstico pouco favorável para os municípios mais pobres e que apresentavam atividade econômica inexpressiva, foi publicada em 28 de dezembro de 1995 a Lei nº 12.040, ou Lei Robin Hood. Esta indicava novos

critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, visando descentralizar a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões. Assim, os novos critérios introduziram outras variáveis que modificaram a metodologia de cálculo usada". (...) "Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 12.428 que alterou a lei anterior, diminuindo o peso do VAF, e melhorando a participação dos critérios: Área Geográfica, População, População dos 50 mais Populosos, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Produção de Alimentos e Receita Própria". (...) "Em 2009, após longos debates pelo Estado, promovidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi aprovada e publicada em 12 de janeiro de 2009 a Lei nº 18.030, originária do projeto de Lei nº 23/2003. Esta irá promover mudanças significativas na distribuição da cota-parte do ICMS pertencentes aos municípios do Estado, tendo em vista a inclusão de seis critérios (turismo, esportes, municípios sede de estabelecimentos penitenciários, recursos hídricos, ICMS solidário e mínimo per capita) e um subcritério do ICMS Ecológico (mata seca). A nova Lei entrou em vigor em janeiro de 2010, mas a distribuição realizada com base nos novos critérios somente iniciará a partir de 2011".

Portanto, ao reduzir a participação do VAF na cota-parte do ICMS para os municípios para o mínimo fixado na lei federal de 75% e ao ampliar os critérios para a distribuição dos outros 25%, a Lei Hobin Hood 1 e 2 impôs perdas importantes para as cidades mais ricas, como é o caso de Betim. Não temos números de tais perdas, que são expressivas.

Receita própria municipal é pouco expressiva. Já vimos no início deste capítulo que o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) dá um baixo desempenho para a receita própria de Betim. Levantamos outras fontes que confir-

mam estas informações. Betim tem o 20º maior Produto Interno Bruto – PIB dentre os municípios brasileiros e ocupa tão somente a 38ª colocação no ranking nacional das receitas municipais. O destaque é o ICMS municipal, onde a cidade ocupa a 12ª colocação, impulsionada por empresas gigantes como a Fiat e a Petrobras. No entanto, no ranking das receitas próprias, dentre as 100 maiores cidades brasileiras, Betim tem posições muito acanhadas. Veja a tabela 9. No ISS, ocupa a 71ª colocação; no ITBI, cai para a 85ª colocação; no IPTU, recua ainda mais para a 93ª arrecadação; e nas taxas sequer aparece no ranking das 100 maiores cidades. Sem receitas próprias expressivas, Betim fica completamente dependente das receitas de transferência, sobretudo do ICMS, que vem caindo ano a ano.

Receitas	Posição no ranking nacional
ICMS municipal	12ª colocação
IPVA	59ª colocação
FPM	65ª colocação
ISS	71ª colocação
IPTU	93ª colocação
ITBI	85ª colocação
Taxas	Não aparece entre as 100 primeiras cidades
Produto Interno Bruto - PIB	20ª colocação
Receita municipal	38ª colocação

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/IBGE/Frente Nacional Prefeitos

Receita vai ter forte desaceleração com recessão econômica. Mesmo com os problemas que indicamos anteriormente, as receitas de Betim tiveram uma boa evolução no período de 2006 a 2014. Veja a tabela 10. Elas cresceram 121%, contra uma inflação no período de 55,25%, portanto tiveram um ganho real de 43%. Trata-se de um bom resultado, mas inferior a outras grandes cidades mineiras, a exemplo de Contagem, onde a receita municipal, no mesmo período, subiu 136%. Tudo indica, que a partir de 2015, com a recessão da economia e novas perdas no VAF, Betim terá um desempenho muito ruim nas suas receitas.

Tabela 10
Evolução da receita corrente líquida – 2006 a 2014

Ano	Receita corrente líquida em R\$ milhões
2006	602,887
2007	670,856
2008	816,367
2009	827,766
2010	976,780
2011	1.058,085
2012	1.201,137
2013	1.203,777
2014	1.331,061
Evolução	121%
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN	

Previdência Municipal de Betim tem ativos de R\$ 1 bilhão, mas município está insolvente. Esta é uma questão muito complexa para se explicar em poucas palavras. Resumindo: no regime de repartição simples dos servidores das três esferas de governos, os servidores, em geral, contribuem com 11%, os governos com 22% além disso respondem pela cobertura da insuficiência financeira. No regime de capitalização, será formado um fundo previdenciário com critérios atuariais para garantir que os servidores tenham uma poupança quando em atividade para quitar os futuros gastos com as aposentadorias e pensões.

Quem pagará esta conta da capitalização da previdência? Vejamos as hipóteses: a) uma forma de capitalizar é quando se tem um grande número de servidores ativos em relação aos aposentados, o que não é mais o quadro atual; b) uma segunda forma de capitalizar é vendendo o patrimônio público – como no caso da Cemig e Copasa, em Minas Gerais, o que somos contra porque transfere um patrimônio da sociedade para uma corporação de trabalhadores, além dos valores da venda das estatais serem irrisórios diante do passivo previdenciário; c) capitalização com base na folga dos

gastos com pessoal em relação ao limite da lei fiscal, o que não é também plausível já que praticamente todos os Estados e municípios estão nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ninguém diz claramente de onde virão os recursos da capitalização da previdência, mas é evidente que eles virão da compressão continuada dos salários reais dos servidores ativos e dos aposentados e pensionistas. É sabido que despesa com previdência é despesa de pessoal. Por isso mesmo, a capitalização da previdência será feita, se o modelo não for revertido, com um novo superávit fiscal que incidirá sobre a folha de salários dos servidores de Estados e municípios. Sem como ampliar os gastos de pessoal, porque Estados e municípios já estão no limite da Lei Fiscal, os prefeitos e governadores estão sucateando os equipamentos públicos; disfarçando despesas de pessoal com ampliação das terceirizações; e adiando ou cancelando a construção de novos equipamentos nas áreas de saúde, educação e segurança. Ou seja, a conta da capitalização será paga, e já está sendo paga, pelos servidores, com mais arrocho salarial, e pela população, com menos serviços públicos.

Betim é um exemplo incrível em Minas Gerais e no Brasil na capitalização da previdência, o que aconteceu em 2005, quando não existia nenhuma lei que obrigasse o município a adotar esta capitalização. E mais: como pouquíssimos municípios brasileiros, Betim adotou o modelo mais caro para servidores ativos, aposentados e pensionistas. Isso implicou em cinco grandes despesas: a) a contribuição para o fundo de capitalização e todos os servidores ativos a partir da criação da previdência capitalizada em 2005; b) pagamento pelo Tesouro Municipal de todos os aposentados e pensionistas até 2005, o chamado passivo dos "benefícios concedidos"; c) o pagamento de uma dívida referente ao tempo de trabalho dos servidores em atividade sem que tenha havido capitalização, o chamado passivo dos "benefícios a conceder"; d) o fundo capitalizado ficou responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões dos novos beneficiários, ficando com o Tesouro Municipal outros direitos expressivos, como a licença saúde, salário mater-

nidade, salário família, auxílio funeral; e) como o município não consegue honrar os seus compromissos, aconteceram atrasos nos repasses, o que levado a parcelamentos das dívidas. Isso sem contar mais duas despesas com o INSS: a) pagamento das contribuições patronais dos servidores não efetivos, que não estão submetidas ao teto do INSS, são cobradas sobre o valor integral das remunerações dos não efetivos; b) pagamento do parcelamento da dívida histórica com o INSS, que, segundo informações que obtivemos, é da ordem de R\$ 250 milhões.

Resultado desta situação é que a previdência municipal tem ativos de aproximadamente R\$ 1 bilhão, como pode ser visto na tabela 11, mas o município não tem recursos para despesas básicas com os servidores, como a reposição das perdas salariais e o pagamento em dia do 13º salário. E mais incrível: mesmo com este valor fabuloso em caixa, a “previdência municipal está quebrada” e tem um passivo previdenciário não equacionado de R\$ 604 milhões. Ou seja, com a capitalização, os servidores estão trocando a aposentadoria mais segura no futuro pelas condições de vida e trabalho nos dias atuais. Não existe país no mundo, governado pela esquerda ou pela direita, que aplicou um modelo desta natureza devido ao superávit fiscal gigantesco para se garantir a transição de sistemas. Na Europa, a adoção da capitalização abriria um rombo de 30 trilhões de euros, o que dá aproximadamente R\$ 130 trilhões e, por isso mesmo, nenhum primeiro ministro ou presidente europeus aderiu à loucura fiscal que é a capitalização da previdência.

Tabela 11	
Ativos da Previdência municipal de Betim – 2º quadrimestre de 2015	
Item	Valores
Carteira de investimentos	R\$ 794,680 milhões
Dívida consolidada da Prefeitura com a Previdência	R\$ 191,125 milhões
Total ativos	R\$ 985,805 milhões
Passivo atuarial	R\$ 603,576 milhões
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN	

Dívida do município cresce com a previdência e com o PAC. A dívida de Betim experimentou um expressivo crescimento nominal, e também enquanto percentual da receita, nos últimos nove anos. Seu valor era de R\$ R\$ 178,563 milhões, em 2006, ou 29,62% da receita, e subiu para R\$ 532 milhões, em 2014, passando para 40% da receita corrente líquida. O aumento nominal no período foi, portanto, de 197%. Veja a tabela 12. O detalhamento da dívida de Betim, indica uma enorme concentração de dívida com a previdência (dos servidores e do INSS), da ordem de R\$ 448,092 milhões. A dívida com bancos interna, parte contraída provavelmente para as obras do PAC, é de R\$ 151,159 milhões e a dívida com bancos externa, portanto dolarizada, era no segundo quadrimestre de 2015 em reais de R\$ 53,546 milhões. O endividamento se completa com os precatórios da ordem de R\$ 31,158 milhões. Veja a tabela 13. Como vimos anteriormente, tem-se um passivo atuarial na previdência não equacionado de monumentais R\$ 603,576 milhões. Como veremos mais adiante, este aumento do endividamento faz de Betim uma das cidades com maiores gastos em juros e amortizações dentre os 100 maiores municípios brasileiros.

Ano	Dívida municipal em R\$ milhões
2006	178,563
2007	207,002
2008	260,724
2009	295,754
2010	342,577
2011	446,308
2012	524,183
2013	527,213
2014	532,457
Evolução	197%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 13	
Detalhamento da Dívida de Betim – 2º quadrimestre 2015	
Credores	Valores em R\$ milhões
Dívida Contratual	R\$ 652,797 milhões
-Parcelamento dívida previdenciárias	R\$ 448,092 milhões
-Dívida com bancos - interna	R\$ 151,159 milhões
-Dívida com bancos - externa	R\$ 53,546 milhões
Precatórios posteriores a 05/05/2000	R\$ 31,158 milhões
Total da dívida consolidada líquida	R\$ 683,954 milhões
RP – processamento de exercícios anteriores	R\$ 31,479 milhões
Dívida consolidada previdenciária	R\$ 603,576 milhões
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN	

Outros números das despesas. Como vimos, Betim tem a 38ª maior arrecadação dentre os 100 maiores municípios brasileiros. As duas despesas que estão fora do padrão são aquelas com o Legislativo Municipal, onde a cidade ocupa a 19ª colocação nacional, e os investimentos, o que confirma o IFDF que divulgamos anteriormente, onde a cidade ocupa tão somente a 83ª colocação. Na educação, a cidade é destaque nacional, sendo a 26ª que mais gasta em todo o país. Veja a seguir as tabelas 14 e 15.

Tabela 14	
Betim no ranking nacional das despesas - 2013	
Despesa	Posição no ranking nacional
Despesas Pessoal	32ª colocação
Despesas de custeio	55ª colocação
Investimentos	83ª colocação
Juros e amortizações	22ª colocação
Despesas Legislativo	19ª colocação
Educação	26ª colocação
Saúde	34ª colocação
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Frente Nacional Prefeitos	

Tabela 15
Evolução gastos de pessoal – 2006 a 2014

Ano	Gastos pessoal em R\$ milhões	% gastos pessoal em relação à receita
2006	308,410	51,16
2007	320,841	47,90
2008	-	-
2009	423,346	51,14
2010	486,725	49,83
2011	517,415	48,90
2012	571,364	47,57
2013	631,176	52,43
2014	646,032	48,54
Evolução	110%	-5%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

3. Indicadores sociais de Betim

Educação – IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Ministério da Educação em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Betim não tem um bom desempenho no IDEB e não atingiu as metas projetadas pelo Ministério da Educação. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a pontuação é de 5.5 ligeiramente abaixo da meta de 5.6. Nos anos finais do ensino fundamental, o resultado é de 4.5, abaixo da meta de 4.8 (este resultado deixa a cidade praticamente estagnada, já que o resultado de 2013 é inferior ao de 2009). Veja a tabela 16.

Ano	4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano	
	Ideb	Metas	Ideb	Metas
	observado	projetadas	observado	projetadas
2005	4,5	-	3,9	-
2007	4,5	4,6	4,3	4,0
2009	5,1	4,9	4,6	4,1
2011	5,4	5,3	4,9	4,4
2013	5,5	5,6	4,5	4,8
2015	-	5,8	-	5,1

Fonte: Ministério da Educação

Educação: Censo Escolar 2014. Os dados do Censo Escolar 2014 de Betim indicam: a) as creches têm 6.525 crianças matriculadas, sendo 2.114 na rede municipal e 4.411 na rede privada; b) na pré-escola são 8.589 matrículas, sendo 2.556 na rede municipal e 6.033 na rede privada; c) no ensino fundamental anos iniciais e finais, o grande destaque é o município, com 21.869 e 18.676 matrículas, respectivamente; d) Já o Estado é o responsável por 17.928 matrículas no ensino médio. Com exceção da educação infantil, a presença do setor privado é pouca expressiva, respondendo por pequeno percentual. Veja a tabela 17.

Dependência	Creche	Pré-escola	Ensino fundamental anos iniciais	Ensino fundamental anos finais	Ensino médio
Municipal	2.114	2.556	21.869	18.676	0
Estadual	0	0	4.542	5.879	17.928
Federal	0	0	0	0	100
Privada	4.411	6.033	3.346	1.818	810
Total	6.525	8.589	29.757	26.373	18.838

Fonte: Ministério da Educação

Na segurança pública, violência está aumentando. Os dados divulgados pelo Governo de Minas Gerais indicam um aumento expressivo da criminalidade violenta nos últimos anos. São considerados crimes violentos: Homicídio Consumado, Homicídio Tentado, Sequestro e Cárcere Privado, Roubo Consumado, Extorsão Mediante Sequestro, Estupro Consumado e Estupro Tentado.

Nos últimos dois anos (de 2012 a 2014), Betim apresentou crescimento de 69% na criminalidade violenta. Veja a tabela 18. Em 2012, foram 3.330 crimes violentos, em 2013, foram 4.257, e, em 2014, aconteceram 5.637 crimes violentos. Dentre estes crimes, o mais grave é o Homicídio Consumado, que cresceu bem menos que os crimes violentos em geral, sendo de 12,80% no período analisado, sendo de 188, em 2012, 200, em 2013, e 212 homicídios, em 2014. O menor crescimento dos homicídios consumados não pode esconder o drama desta questão, pois mais de 200 vidas estão sendo ceifadas por ano.

Tabela 18
Evolução da criminalidade violenta em Betim – 2012 a 2015

Tipo de crime	2012	2013	2014	2015 (até agosto)
Estupro consumado	73	40	44	30
Estupro de vulnerável consumado	69	71	59	40
Estupro de vulnerável tentado	4	4	13	10
Estupro tentado	21	16	18	8
Extorsão mediante sequestro consumado	6	11	2	3
Homicídio consumado	188	200	212	139
Homicídio tentado	199	212	186	123
Roubo consumado	2.746	3.676	5.086	3.745
Sequestro e cárcere privado consumado	24	27	17	4
Totais	3.330	4.257	5.637	4.102

Fonte: Secretaria Estadual de Defesa Social

Bolsa Família atende 19.501 famílias. No Município BETIM/MG, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2015 era de 41.805 dentre as quais: 13.960 com renda per capita familiar de até R\$77,00; 9.438 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 13.523 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 4.884 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de julho de 2015, 19.501 famílias, representando uma cobertura de 103,2 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 144,10 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2,810 milhões no mês. Isto significa valores anuais de R\$ 33,720 milhões para as famílias pobres de Betim. Ao contrário do que muitos afirmam, o Bolsa Família é importante, mas é apenas uma complementação de renda, não garante o ócio de ninguém, pois seus valores são baixos.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de junho de 2015, atingiu o percentual de 91,0%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 17.547 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 19.277. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 62,1%, resultando em 2.864 jovens acompanhados de um total de 4.610. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2015, atingiu 78,3 %, percentual equivale a 13.932 famílias de um total de 17.783 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Previdência Social. Betim tem 41.576 aposentados e pensionistas. Os dados mostram que a Previdência Social é disparado o maior programa social brasileiro e também em Betim. No ano de 2014, existiam no municí-

pio 41.576 aposentados e pensionistas. Os valores arrecadados e os valores pagos dos benefícios, indicam que em Betim a Previdência Social é superavitária. Em 2014, foram arrecadados R\$ 594,327 milhões e gastos com benefícios R\$ 504,411 milhões.

Índice de Desenvolvimento Municipal – IDHM. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O índice tem as seguintes faixas de classificação: muito alto, de 0,800 a 1,000; alto, de 0,700 a 0,799; médio, de 0,600 a 0,699; baixo, de 0,500 a 0,599; muito baixo, de 0 a 0,499. Betim evoluiu positivamente nas últimas décadas: o IDHM era de 0,450, em 1991 (muito baixo desenvolvimento humano); subiu para 0,612 em 2000 (médio desenvolvimento humano) e avançou para 0,749 em 2010 (alto desenvolvimento humano). A cidade ocupa a 43ª colocação no IDHM do estado de Minas Gerais.

Betim ocupa a 23ª posição no saneamento no ranking das 100 maiores cidades brasileiras. A ONG Trata Brasil, com base em informações governamentais, publica anualmente o ranking do saneamento das 100 maiores cidades brasileiras. Segundo o último estudo de 2013, Betim ocupa a 23ª posição no ranking nacional. Segundo os dados, 99,27% tem fornecimento de água; 93,20% tem atendimento de esgoto, com redes de esgotos ou fossas sépticas; e a cidade tem 57,69% dos esgotos tratados. Para a universalização dos serviços, estão faltando ainda 4.734 ligações de água e 12.069 ligações de esgotos. Veja a tabela 19.

Tabela 19	
Betim no ranking do saneamento das 100 maiores cidades do Brasil – 2013	
Item	Informações saneamento
Indicador de atendimento total de água	99,27% de atendimento
Indicador de atendimento total de esgoto	93,20% de atendimento
Indicador de esgoto tratado por água consumida	57,69% de tratamento de esgoto
Água – Ligações faltantes para universalização	4.734 ligações
Esgoto – Ligações faltantes para universalização	12.069 ligações
Fonte: ONG Trata Brasil com base nas informações governamentais	

4. Betim no contexto da Região Metropolitana

Minas Gerais é um estado profundamente desigual. Temos regiões que se equiparam aos outros estados do Sudeste e outras regiões que tem indicadores econômicos e sociais do Nordeste. O PIB per capita (PIB dividido pela população) era, em Minas Gerais, em 2012, de R\$ 20.324,58. Mas algumas regiões mais pobres estão distantes deste indicador médio do Estado. É o caso da região Jequitinhonha/Mucuri, com PIB per capita de R\$ 7.839,36 ou do Norte de Minas com R\$ 10.106,66.

Mas a desigualdade intra-regiões é também muito expressiva em Minas Gerais. Veja a tabela 20. Um exemplo é a verificada nas 34 cidades que compõem a região Metropolitana da Grande Belo Horizonte. Cidades como Esmeraldas, Raposos, Jaboticatubas têm PIB per capita inferior ao Jequitinhonha/Mucuri. Cidades como Ribeirão das Neves (315.819 habitantes), Caeté (43.395 habitantes), Ibirité (169.908 habitantes), Mário Campos (14.327 habitantes), Raposos (16.144 habitantes) têm PIB per capita inferior ao Norte de Minas, outra região pobre de Minas Gerais. No interior da Grande Belo Horizonte, para ficar entre as maiores cidades, nos dois extremos temos Ribeirão das Neves cujo PIB per capita é de 12% do de Betim e de 37% do de Belo Horizonte.

A receita per capita (receita municipal dividida pela população) é o melhor indicador das finanças públicas que mostra a capacidade do município de implementar políticas públicas mais urgentes para a população, especialmente nas áreas de urbanização, saúde e educação. Neste indicador, mais uma vez o que se vê são as enormes diferenças no interior da Grande Belo Horizonte. Ribeirão das Neves, com receita per capita de R\$ 838,79, é a última colocada, e a mais bem colocada é Itatiaiuçu com R\$ 6.661,73. Outras importantes cidades metropolitanas estão também entre as que tem pequena receita per capita: Santa Luzia, Esmeraldas, Sabará, Ibirité.

Betim ocupa uma posição de destaque em dois indicadores econômicos fundamentais, Produto Interno Bruto per capita (total da riqueza produzida dividida pela população) e na receita per capita (total da receita dividida pela população). A cidade tem o terceiro maior PIB per capita (fica atrás apenas de Confins e Itatiaiuçu) e a sétima em receita per capita da região metropolitana (neste caso fica atrás apenas de outras cidades menores: Itatiaiuçu, Nova Lima, Rio Acima, Brumadinho, Confins e Taquaraçu de Minas).

Tabela 20

Receita per capita e PIB per capita nas 34 cidades da região metropolitana da Grande Belo Horizonte - 2012

Município	Receita per capita em reais	Receita per capita ranking no metropolitano	PIB per capita	PIB per capita no ranking metropolitano
Itatiaiuçu	6.661,73	1	113.352,40	2
Nova Lima	6.552,37	2	71.792,07	4
Rio Acima	5.823,20	3	14.227,60	17
Brumadinho	5.079,44	4	51.391,39	5
Confins	3.846,68	5	270.512,88	1
Taquaraçu Minas	3.486,11	6	10.676,26	21
Betim	2.961,51	7	72.262,27	3
Juatuba	2.673,73	8	34.913,60	6
Belo Horizonte	2.669,16	9	24.365,33	8
Sarzedo	2.629,79	10	20.380,36	10
Rio Manso	2.357,00	11	9.183,71	26
Lagoa Santa	2.310,72	12	18.896,90	12
Nova União	2.190,75	13	8.773,20	30
São José da Lapa	2.136,61	14	16.344,58	15
Pedro Leopoldo	1.914,13	15	19.528,73	11
São Joaquim Bicas	1.826,32	16	10.453,36	23
Florestal	1.775,90	17	10.380,63	24
Contagem	1.734,34	18	33.637,47	7
Matosinhos	1.701,88	19	21.372,62	9
Itaguara	1.698,62	20	12.339,48	18
Baldin	1.592,16	21	10.473,54	22
Igarapé	1.583,19	22	17.089,96	13
Mateus Leme	1.571,97	23	15.541,66	16
Jaboticatubas	1.534,87	24	7.615,73	32
Raposos	1.443,11	25	7.097,68	33
Capim Branco	1.435,41	26	8.978,23	29
Mário Campos	1.425,22	27	7.922,31	31
Vespasiano	1.423,90	28	16.977,07	14
Ibirité	1.323,32	29	9.080,96	27
Caeté	1.297,22	30	9.815,48	25
Sabará	1.268,15	31	11.860,78	19
Esmeraldas	1.196,99	32	7.000,78	34
Santa Luzia	1.168,66	33	11.636,61	20
Ribeirão das Neves	838,79	34	9.068,46	28

Fonte: IBGE e TCE/MG

5. A política em Betim

Prefeitura Municipal. Na eleição para a Prefeitura de Betim, em 2012, saiu vitorioso no primeiro turno Carlaile Pedrosa – PSDB com 135.797 votos (68,09%), ficando em segundo lugar Maria do Carmo – PT, com 63.655 votos (31,91%).

Câmara Municipal. Foram as seguintes as votações dos vereadores eleitos em 2012: Sapão – PSB (5.787 votos); Pastor Paulino – PPS (3.129 votos); Marcão Universal (3.024 votos); Antônio Carlos – PT (2.988 votos); Daniel Costa – PT (2.960 votos); Marilene do Beto do Depósito – PRP (2.878 votos); Ernani da Regional – PR (2.848 votos); Eutair – PT (2.667 votos); Marcos Roberto – PRB (2.370 votos); Dr. Vinicius – DEM (2.324 votos); Divino Lourenço – PSDB (2.268 votos); Eliseu Xavier – PTB (2.206 votos); Klebinho Resende – PTB (2.182 votos); Leo Contador – DEM (2.151 votos); Erasmo da Academia – PDT (2.069 votos); Renato Ti-Rei – PSDC (2.050 votos); Adelio Carlos – PDT (2.030 votos); Dimas Pereira – PP (1.900 votos); Pãozinho – PV (1.854 votos); Carlim do Amigão – DEM (1.853 votos); Elza do Divino Braga – PSB (1.773 votos); Joaquim Pereira (Falcão) – PP (1.597 votos); Tiago Santana – PCdoB (1.205 votos). Os cinco partidos mais votados em Betim para a Câmara Municipal foram os seguintes: PT – 27.151 votos, sendo 22.931 nominais e 4.220 de legenda. Os demais partidos mais votados (soma dos votos nominais e de legenda) foram os seguintes: PDT (18.223 votos); DEM (17.450 votos); PP (15.256 votos); PSDB (14.824 votos); PSB (13.429 votos); PTB (13.378 votos).

Assembleia Legislativa. Os doze candidatos mais votados para deputado estadual em Betim nas eleições de 2014 foram os seguintes: Welinton Sapão – PSB (23.249 votos); Dr. Pimenta – PCdoB (15.633 votos); Dr. Vinicius – SD (12.902 votos); Maria Tereza Lara – PT (8.620 votos); Ivair Nogueira – PMDB (8.127 votos); Antônio Carlos – PT (7.653 votos); Daniel Costa – PT (6.816 votos); Leandro Genaro – PSB (6.285 votos); Gilberto Abramo – PRB (5.116 votos); Mário Henrique Caixa – PCdoB (3.252 votos); Alessandro

Marques – PSDC (2.863 votos); Marília Campos – PT (2.445 votos).

Câmara Federal. Os dez deputados federais mais votados em Betim nas eleições de 2014 foram: Maria do Carmo Lara – PT (26.015 votos); Rômulo Veneroso – PV (21.571 votos); Renato Ti-Rei – PSDC (9.238 votos); Stefano Aguiar – PSB (7.443 votos); George Hilton – PRB (5.732 votos); Weliton Prado – PT (5.563 votos); Luiz Fernando – PP (5.151 votos); Marcelo Aro – PHS (4.915 votos); Jô Moraes – PCdoB (4.581 votos); Laudívio Carvalho – PMDB (3.843 votos).

Senado Federal. Na eleição para uma vaga do Senado Federal em 2014 Antônio Anastasia – PSDB foi o mais votado em Betim, com 77.033 votos contra 70.254 de Josué Alencar, do PMDB. Os outros seis candidatos tiveram apenas 7.606 votos.

Governo do Estado. Na eleição para o governo de Minas em 2014 foi o mais votado e eleito em primeiro turno Fernando Pimentel – PT, com 109.654 votos, contra Pimenta da Veiga – PSDB, que obteve 58.570 votos. Os outros cinco candidatos obtiveram 12.175 votos.

Presidência da República. No primeiro turno da eleição presidencial de 2014, Dilma – PT venceu as eleições em Betim com 89.501 votos contra 64.501 votos de Aécio Neves, do PSDB e 43.604 de Marina Silva, do PSB. No segundo turno, Dilma venceu a eleição com 117.085 votos contra 91.227 votos.

6. Outras informações gerais sobre Betim

- Data de fundação do município – 17/12/1938
- Área territorial – 343,736 quilômetros quadrados
- População estimada 2015 – 417.307 pessoas
- Gentílico – Betinense

- População residente homens – 2010 – 186.352 pessoas
- População residente – mulheres – 2010 – 191.737 pessoas
- População residente alfabetizada – 2010 – 326.536 pessoas
- População residente católica – 2010 – 192.220 pessoas
- População residente espírita – 2010 – 3.561 pessoas
- População residente –religiões evangélicas – 2010 – 134.977 pessoas
- Frota 2014 – automóveis, caminhão, motocileta, outros – 172.696 veículos

*Autoria: A série “Estudos Municipais” é de autoria de José Prata Araújo – economista mineiro. Pesquisa realizada por Ivanir Corgosinho e José Prata Araújo

Gabinete da Deputada Estadual Marília Campos

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Rua Rodrigues Caldas, 30, sala 213,
Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, MG - Telefone: 31 2108-5445

Gabinete de Contagem: Avenida José Faria da Rocha, 3.171, sala 301,
CEP 32310-210, Contagem, MG - Telefone: 31 2557-7679

E-mail: dep.marilia.campos@almg.gov.br

Marília^{PT} Campos
Deputada Estadual